

COMUNICADO Nº 42.229, DE 4 DE OUTUBRO DE 2024

Divulga a Taxa Básica Financeira (TBF), o Redutor "R" e a Taxa Referencial (TR) relativos a 3 de outubro de 2024.

De acordo com o que determina a Resolução CMN nº 4.624, de 18.1.2018, comunicamos que a Taxa Básica Financeira (TBF), o Redutor "R" e a Taxa Referencial (TR) relativos ao período de 3.10.2024 a 3.11.2024 são, respectivamente: 0,8473% (oito mil, quatrocentos e setenta e três décimos de milésimo por cento), 1,00771136 (um inteiro e setecentos e setenta e um mil, cento e trinta e seis centésimos de milonésimos) e 0,0756% (setecentos e cinquenta e seis décimos de milésimo por cento).

ANDRÉ DE OLIVEIRA AMANTE
Chefe

Controladoria-Geral da União

GABINETE DO MINISTRO

EDITAL Nº 2/2024/BRA/20/019

EXTRATO DE EDITAL Nº 2/2024/BRA/20/019

Acordo de Cooperação CGU/PNUD BRA/20/019 - Ampliação da Capacidade Institucional para a Regulação no Brasil.

OBJETO: Contratação de 1 (um/a) consultor/a pessoa física, por produto, para desenvolver a estrutura de governança, a estratégia de sustentabilidade e o protótipo de design de interface (wireframe) de um espaço digital colaborativo (Centro de Colaboração para a Justiça Racial e de Gênero na Regulação) que sirva de referência para o desenvolvimento de estratégias de integração da equidade de gênero e raça no setor de regulação brasileiro e na metodologia de aplicação e processamento do QualiREG junto às agências reguladoras participantes, conforme detalhamento contido no EDITAL Nº 02/2024/BRA/20/019, disponível em: <http://parceiros.undp.org.br/opportunities>.

OBJETIVO GERAL: Busca-se, com a implementação do objeto da consultoria, a criação de uma estrutura colaborativa online, que funcione como um espaço para a promoção da equidade de raça e gênero na regulação dos serviços públicos, capaz de apoiar as entidades e órgãos reguladores no processo de mudança em direção à garantia de direitos de grupos marginalizados e de pessoas em situação de vulnerabilidade. O espaço digital deve servir como incentivo para os reguladores no desenvolvimento de regulamentos inclusivos, que respeitem as características de gênero e raça, promovam equidade e qualidade dos serviços prestados por concessionárias e instituições congêneres.

CONTEÚDO MÍNIMO: Essa consultoria deverá conter os seguintes produtos: Produto I: Elaboração de estrutura de governança para o Centro de Colaboração para a Justiça Racial e de Gênero na Regulação, a partir de referências e estudos preliminares fornecidos pela contratante; Produto II: Mapeamento de riscos relativos à sustentabilidade do projeto e desenvolvimento de estratégia de sustentabilidade operacional, a partir dos riscos mapeados e das medidas mitigatórias propostas; Produto III: Definição de um nome para o Centro (mínimo 3 propostas) e adaptação/harmonização de elementos de marca da Identidade Visual do QualiREG para o ambiente virtual a ser criado; e Produto IV: Elaboração do wireframe para a publicação em ambiente "gov.br".

PRAZO DE INSCRIÇÃO: Até 25 de outubro de 2024.

OBSERVAÇÕES: Nos termos do art. 7º do Decreto nº 5.151/2004, fica vedada a contratação, a qualquer título, de servidores ativos da Administração Pública Federal, Estadual, do Distrito Federal ou Municipal, direta ou indireta, bem como de empregados de suas subsidiárias e controladas, no âmbito dos projetos de cooperação técnica internacional.

SIGNATÁRIOS: MINISTRO DE ESTADO DA CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO - CGU - VINÍCIUS MARQUES DE CARVALHO, o DIRETOR DA AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES - RUY CARLOS PEREIRA e o REPRESENTANTE RESIDENTE ADJUNTO DO ESCRITÓRIO DO PNUD NO BRASIL - CARLOS ARBOLEDA.

VINÍCIUS MARQUES DE CARVALHO
Ministro de Estado da Controladoria-Geral da União - CGU

RUY CARLOS PEREIRA
Diretor da Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores

CARLOS ARBOLEDA
Representante Residente Adjunto do Escritório do PNUD no Brasil

CORREGEDORIA-GERAL DA UNIÃO

EXTRATO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA - TAC

Processo nº 00190.101901/2023-22

Agente Público: ANTÔNIO MELO SCHLICHTING JUNIOR

Descrição do fato: Praticou ato administrativo com elevado grau de negligência, em flagrante descumprimento aos deveres de zelo, dedicação, lealdade e observância às normas legais e regulamentos do servidor público federal (infração tipificada no art. 116, inciso I, II e III da Lei nº 8.112/1990), no âmbito da Polícia Rodoviária Federal.

EXTRATO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA - TAC

Processo nº 00190.101901/2023-22

Agente Público: MARCELO DE ÁVILA

Descrição do fato: Praticou ato administrativo com elevado grau de negligência, em flagrante descumprimento aos deveres de zelo, dedicação, lealdade e observância às normas legais e regulamentos do servidor público federal (infração tipificada no art. 116, inciso I, II e III da Lei nº 8.112/1990), no âmbito da Polícia Rodoviária Federal.

EXTRATO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA - TAC

Processo nº 00190.101901/2023-22

Agente Público: MÁRCIO JOSÉ AZEVEDO DOS SANTOS

Descrição do fato: Praticou ato administrativo com elevado grau de negligência, em flagrante descumprimento aos deveres de zelo, dedicação, lealdade e observância às normas legais e regulamentos do servidor público federal (infração tipificada no art. 116, inciso I, II e III da Lei nº 8.112/1990), no âmbito da Polícia Rodoviária Federal.

Conselho Nacional do Ministério Público

EXTRATO DE ADESÃO

TERMO DE ADESÃO AO ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA CELEBRADO ENTRE O CNMP E O INSS
Processo: 19.00.1200.0001448/2017-66. Espécie: Termo de Adesão do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul ao Acordo de Cooperação Técnica celebrado entre o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) e o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Objeto: Adesão ao Acordo de Cooperação Técnica celebrado entre o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e o Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP, assinado em 5 de agosto de 2021, publicado no Diário Oficial da União nº 148, de 6 de agosto de 2021, Seção 3, pág. 146, tendo como objeto a disponibilização, por parte do INSS, do acesso aos dados do Cadastro Nacional de Informações Sociais - CNIS, do Sistema de Benefícios - SISBEN, do Sistema Nacional de Registro Civil - SIRC, bem como de outro (s) cadastro (s) que vier (em) a substituí-lo (s) para todas as unidades do Ministério Público. Data de assinatura: 04/10/2024. Signatários: PAULO GUSTAVO GONET BRANCO, Presidente do CNMP, e ROMÃO ÁVILA MILHAN JUNIOR, Procurador-Geral de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul.

SECRETARIA-GERAL

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Espécie: 6º Termo Aditivo ao Contrato CNMP nº 31/2021. Processo: 19.00.1300.0005875/2024-72. Contratante: CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO. CNPJ: 11.439.520/0001-11. Contratada: VIAMAR VIAGENS E TURISMO LTDA ME. CNPJ: 24.931.123/0001-04. Finalidade: Reajustar o valor do Contrato CNMP nº 31/2021, com efeitos retroativos a 18/8/2024, em 4,24% (quatro vírgula vinte e quatro por cento), com base no IPCA de agosto de 2024, referente ao acumulado em 12 (doze) meses, nos termos da Cláusula Nona do contrato original. Valor do Termo: R\$ 14.656,18 (quatorze mil, seiscentos e cinquenta e seis reais e dezoito centavos). Data de Assinatura: 2/10/2024. Programa (PTRES): 174664. Fonte: 1000000000. Natureza da Despesa: 33903922 (Exposições, congressos e conferências) e 33903941 (Fornecimento de alimentação). Nota de Empenho: 2024NE000053. Signatário da Contratante: FABIANA BITTENCOURT GARCIA SOARES DE LIMA, CPF nº XXX.196.836-XX. Signatário da Contratada: FRANCISCO VIANA SILVA, CPF nº XXX.177.671-XX.

Ministério Público da União

ESCOLA SUPERIOR

AVISO DE REGISTRO DE PREÇOS

A Escola Superior do Ministério Público da União torna público o preço registrado na Ata de Registro de Preços nº 4/2024, decorrente do Pregão Eletrônico nº 90006/2024. Objeto: Registro de preços para o fornecimento, de forma parcelada, de água mineral sem gás, envasada em garrafas de 20 litros, para abastecer os órgãos participantes do Sistema de Licitação Conjunta: Escola Superior do Ministério Público da União - ESMPU e Procuradoria Regional da República da 1ª Região - PRR 1ª Região. Vigência da ata: 02/10/2024 a 02/10/2025. Valor total registrado na Ata nº 4/2024: R\$ 26.000,00. Empresa: PURÍSSIMA AGUA MINERAL LTDA., CNPJ: 72.602.303/0001-95.

Brasília, 3 de Outubro de 2024.
IVAN DE ALMEIDA GUIMARÃES
Secretário de Administração da ESMPU

EXTRATO DE CONTRATO

Espécie: Contrato nº 18/2024. Contratante: União, por intermédio da ESMPU. Contratada: DELL COMPUTADORES DO BRASIL LTDA (72.381.189/0010-01). Objeto: fornecimento de estações de trabalho e monitores com entrega e suporte técnico on-site descentralizados, para atender às necessidades da ESMPU. Modalidade: PE SRP 33/2023-PGT/MPT - ARP 21/2023-PGT/MPT. Vigência: de 02/10/2024 até 02/10/2025. Data de Assinatura: 02/10/2024. Valor Total: R\$ 332.400,00. Nota de empenho: 2024NE000234, datada de 19/08/2024. PRes: 194221. Elemento de Despesa: 4.4.90.52.41. Processo: 2605/2024-15. Signatários: IVAN DE ALMEIDA GUIMARÃES, pela Contratante, MAURICIO LUIS CASSALTA DE PAULA COUTO, pela Contratada.

EXTRATO DE ACORDO DE COOPERAÇÃO

PARTES: Fundação Oswaldo Cruz - FIOCRUZ e a Escola Superior do Ministério Público da União - ESMPU. OBJETO: Estabelecimento de cooperação mútua visando à implementação de ações conjuntas que assegurem a realização de atividades acadêmicas relacionadas ao ensino, pesquisa e extensão e, ainda, comunicação e produção científica de interesse mútuo das partes, notadamente na área de Direito Sanitário. DATA DE ASSINATURA: 27/09/2024. VIGÊNCIA: 27/09/2029. PROCESSO: 2033/2024-36. Assinaram: Raquel Branquinho Pimenta Mamede Nascimento, pela ESMPU, e Maria Fabiana Damasio Passos, pela FIOCRUZ.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA DA 5ª REGIÃO

AVISO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 1/2024 MPF/PRRS

A PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA - 5ª REGIÃO, por intermédio do seu Procurador-Chefe Regional, RAFAEL RIBEIRO NOGUEIRA FILHO, face o constante dos autos do processo administrativo nº 1.05.000.000306/2024-18, com a finalidade de selecionar empresa de engenharia especializada na execução de projetos relacionados ao Programa de Eficiência Energética (PEE) da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANAEE). HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO a empresa proponente: ECO ENERGIA LTDA CNPJ 22.975.373/0001-10, estabelecida à Rua Visconde de Taunay, nº 490, Bloco 02, Bairro Palmital, Linhares - ES. Data da homologação: 04/10/2024; Data da Adjudicação:

Em 4 de outubro de 2024
RAFAEL RIBEIRO NOGUEIRA FILHO
Procurador-Chefe Regional da PRR-5ª Região

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE ALAGOAS

EXTRATO DE CONVÊNIO

CONVÊNIO DE ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO. Convenientes: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio da PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM ALAGOAS e a UNIVERSIDADE ESTADUAL DE ALAGOAS - UNEAL Objeto: Proporcionar a preparação do estagiário para a empregabilidade, para a vida cidadã e para o trabalho, por meio do exercício de atividades correlatas à sua pretendida formação profissional, em complementação ao conhecimento teórico adquirido na instituição de ensino. Vigência: 3 anos. Data e assinatura: 03/10/2024. ROBERTA LIMA BARBOSA BOMFIM, Procuradora-Chefe e ODILON MÁXIMO DE MORAIS, Reitor.

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE MINAS GERAIS

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2024 - UASG 200035

Nº Processo: 12200002100202433. Objeto: Prestação de serviços de engenharia com o fim de realizar pintura externa de paredes, muros, passeios, pisos táteis e outros, além de reparar caixa de passagem de água pluvial no edifício-sede da Procuradoria da República em Sete Lagoas/MG, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos. Total de Itens Licitados: 1. Edital: 07/10/2024 das 09h00 às 16h00. Endereço: Avenida Brasil, 1877, Funcionários - Belo Horizonte/MG ou <https://www.gov.br/compras/edital/200035-5-90008-2024>. Entrega das Propostas: a partir de 07/10/2024 às 09h00 no site www.gov.br/compras. Abertura das Propostas: 29/10/2024 às 09h00 no site www.gov.br/compras.

JULIANA VARIZ DA COSTA
Progeiro

(SIASGnet - 04/10/2024) 200035-00001-2024NE000001



PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SANTA CATARINA

EXTRATO DE CONVÊNIO

Convenientes: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF, por intermédio da Procuradoria da República no Estado de Santa Catarina e o INSTITUTO DE EDUCAÇÃO E CULTURA S/A - IEDUC, sob CNPJ nº 08.446.503/0001-05. Objeto: Proporcionar a preparação do estagiário para a empregabilidade, para a vida cidadã e para o trabalho, por meio do exercício de atividades correlatas à sua pretendida formação profissional, em complementação ao conhecimento teórico adquirido na instituição de ensino. Vigência: 3 (três) anos. Data e assinatura: 03/10/2024. DANIEL RICKEN, Procurador-Chefe da PR/SC. ELIZABETH JORGE DA SILVA MONTEIRO DE FREITAS e DANIELE CHRISTINE GOMES, representantes da Mantenedora. PGEA - 1.33.000.002288/2024-3677.

EXTRATO DE CONVÊNIO

Convenientes: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF, por intermédio da Procuradoria da República no Estado de Santa Catarina e a SOCIEDADE DE EDUCACAO SUPERIOR E CULTURA BRASIL S.A - SOCIESC, sob CNPJ nº 84.684.182/0001-57. Objeto: Proporcionar a preparação do estagiário para a empregabilidade, para a vida cidadã e para o trabalho, por meio do exercício de atividades correlatas à sua pretendida formação profissional, em complementação ao conhecimento teórico adquirido na instituição de ensino. Vigência: 3 (três) anos. Data e assinatura: 03/10/2024. DANIEL RICKEN, Procurador-Chefe da PR/SC. ELIZABETH JORGE DA SILVA MONTEIRO DE FREITAS e DANIELE CHRISTINE GOMES, representantes da Mantenedora. PGEA - 1.33.000.002286/2024-47.

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO

RESULTADO DE JULGAMENTO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 6/2024 (90006/2024 - PNCP)

A Procuradoria da República no Estado de São Paulo torna público, para conhecimento dos interessados, que o objeto do Pregão Eletrônico nº 6/2024 (90006/2024 - PNCP) foi adjudicado à empresa Primo Solut Licitações Ltda, CNPJ nº 41.170.264/0001-70, pelo valor total de R\$ 107.000,00 (cento e sete mil reais). O resultado foi homologado no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP.

FÁBIO TEYDI ARAKI
Pregoeiro - PR/SP

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA-GERAL
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
DIVISÃO DE EDITAIS E CONTRATOS

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Segundo Termo Aditivo ao Contrato 47/2021. Contratante: UNIÃO, por meio do Ministério Público do Trabalho/Procuradoria-Geral. Contratada: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT), CNPJ33.402.892/0001-06. Objetos: a) Prorrogar o prazo de vigência do Contrato nº 47/2021, por mais um período de 12 (doze) meses, ao final dos quais alcançará 48 (quarenta e oito) meses, com data a contar de 09/11/2024, com fulcro na Cláusula Décima Quinta do instrumento contratual, bem como no inciso II do artigo 57 da Lei nº 8.666/1993 e b) Reajustar o valor (preço) nos termos da Cláusula Décima, de acordo com a variação do índice IPCA/IBGE estabelecido como índice de correção do Orçamento do MPT/2024, na proporção de aproximadamente 3,16% (três vírgula dezesseis por cento), com efeitos financeiros a contar de 09/11/2024. Valor total de R\$ 5.755,73. Data da assinatura: 03/10/2024. Signatários: Pela Contratante, Teresa Cristina Aires de Assis. Pela Contratada, Mario William Esper.

PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

#TERMO_ADITIVO# Primeiro Termo Aditivo do Contrato Administrativo nº 016/2024, pactuado o objeto de contratação de SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM 01 (UM) ELEVADOR PLATAFORMA INSTALADO NA SEDE DA PROCURADORIA DO TRABALHO NO MUNICÍPIO DE GUARAPUAVA E 01 (UM) ELEVADOR DE TIPO SOCIAL INSTALADO NA SEDE DA PROCURADORIA DO TRABALHO NO MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA com a empresa ELETRON ELEVADORES LTDA, inscrita no CNPJ/MF nº 13.938.066/0001-79. Processo: 20.02.0900.0001292/2024-31. Objeto do Termo: corrigir o valor unitário especificado para a manutenção do elevador da PTM de Guarapuava (item 1), constante na tabela do item 5.1 do contrato; tendo em vista que a frequência é quadrimestral, o valor correto é de para R\$ 966,67 (Novecentos e sessenta e seis reais e sessenta e sete centavos). Assinam: pela contratante, ALBERTO EMILIANO DE OLIVEIRA NETO, Procurador-chefe da PRT da 9ª Região, e pela contratada, OSNI MARCHIORI. Data da assinatura: 04/10/2024.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

#TERMO_ADITIVO# Terceiro Termo Aditivo do Contrato Administrativo nº 007/2022, pactuado o objeto de contratação de SERVIÇO DE VIGILÂNCIA ARMADA 24 HORAS PARA ATENDER AS PROCURADORIAS DO TRABALHO NOS MUNICÍPIOS DE CAMPO MOURÃO, MARINGÁ E PONTA GROSSA com a empresa STONE SEGURANÇA LTDA, inscrita no CNPJ/MF nº 21.715.793/0001-03. Processo: 20.02.0900.0000448/2022-30. Objeto do Termo: Suprimir 17,483% sobre o valor total do Contrato nº 007/2022, com a supressão de 12 horas noturnas de vigilância armada da PTM de Maringá, reduzindo o valor mensal do referido posto para R\$ 12.804,96 (doze mil, oitocentos e quatro reais e noventa e seis centavos), com fundamento no art. 125, da Lei 14.133/2021, alterando o valor mensal para R\$ 65.139,32 (sessenta e cinco mil, cento e trinta e nove reais e trinta e dois centavos). Assinam: pela contratante, ALBERTO EMILIANO DE OLIVEIRA NETO, Procurador-chefe da PRT da 9ª Região, e pela contratada, SERGIO PEREIRA DA CUNHA. Data da assinatura: 04/10/2024.

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90014/2024

Aquisição de café em pó para estoque do Almoxarifado da PRT 9ª Região, conforme Edital e Anexos. Total de itens licitados: 01. Total estimado de contratação: R\$ 26.064,00. Edital e entrega de propostas: 07/10/2024, das 8h00 às 17h59, no site www.comprasnet.gov.br e <https://www.prt9.mpt.br/informe-se/licitacoes-em-andamento>. Abertura: 18/10/2024 às 10h30. UASG 200054. Site: www.comprasnet.gov.br.

FABIANO RATTON KUMMER
Pregoeiro

PROGRAMA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CREDENCIAMENTO Nº 528/2020

Credenciários: União Federal por intermédio do MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO e MEMORIAL OFTALMO HOSPITAL DE OLHOS LTDA. Objeto: reajustar o contrato, bem como incluir o pacote 9.00.06.909 - Ozurdex (ANEXO II). Data de Assinatura: 02/10/2024. Assinatura: pelo Credenciante, SANDRA CRISTINA DE ARAUJO/ANTONIO ROGERIO DA SILVA e pelo Credenciado, FABIO HENRIQUE CACHO CASANOVA. Processo nº 1.26.000.002591/2020-40.

EXTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº 2.425/2023

Termo de Credenciamento nº 2425/2023, celebrado entre a União Federal por intermédio do Ministério Público da União e Natus Lumine - Crystal Empreendimentos Médicos e Hospitalares Ltda. Objeto: prestação de serviços médico-hospitalares e paramédicos aos membros, servidores e dependentes, bem como aos pensionistas do Ministério Público Federal, Ministério Público do Trabalho, Ministério Público Militar, Ministério Público do Distrito Federal e Territórios e Conselho Nacional do Ministério Público Processo: 0.03.000.019736/2023-44 Vigência: 08/10/2024 até 07/10/2029. Assinaturas: Sandra Cristina de Araújo e Herberth Dutra Da Silva, diretores do Plan-Assiste/MPU, pela Credenciante e Vinicius Vasconcelos Braid, pela Credenciada.

EXTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº 275/2024

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 275/2024, celebrado entre o Ministério Público da União e FONOCLIN NUCLEO DE ATENDIMENTO FONOAUDIOLOGICO LTDA. Objeto: prestação de serviços paramédicos aos membros, servidores e respectivos dependentes, bem como aos pensionistas do Ministério Público Federal, Ministério Público do Trabalho, Ministério Público Militar, Ministério Público do Distrito Federal e Territórios e Conselho Nacional do Ministério Público. Modalidade: Inexigibilidade de licitação - "Caput" do artigo 72, da Lei 14.133/21. Assinatura: Sandra Cristina de Araújo, Diretora Executiva Adjunta do Plan-Assiste/MPU, Herberth Dutra da Silva, Diretor Administrativo Plan-Assiste/MPU, pelo Credenciante, Ana Carolina dos Santos Machado, pelo Credenciado.

EXTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº 323/2024

Termo de Credenciamento nº 323/2024, celebrado entre a União Federal por intermédio do Ministério Público da União e Anestlife Serviços Médicos Ltda CNPJ 04.732.381/0001-54. Objeto: prestação de serviços médicos aos membros, servidores e respectivos dependentes, bem como aos pensionistas do Ministério Público Federal, Ministério Público do Trabalho, Ministério Público Militar, Ministério Público do Distrito Federal e Territórios e Conselho Nacional do Ministério Público Processo: 0.03.000.018916/2024-90 Vigência: 07/10/2024 até 06/10/2029. Assinaturas: Sandra Cristina de Araújo e Herberth Dutra da Silva, Diretores do Plan-Assiste/MPU, pela Credenciante e Marcelo Nogueira da Cruz Silva, pela Credenciada.

EXTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº 416/2024

Termo de Credenciamento nº 416/2024, celebrado entre o MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO e A. M. SERBINO FISIOTERAPEUTAS E ASSOCIADOS S/S, CNPJ nº 14.998.556/0001-23, para a prestação de serviços paramédicos. PGEA: 0.03.000.023072/2024-07. Vigência: 03/10/2024 a 02/10/2029. Assinatura: pelo Credenciante: SANDRA CRISTINA DE ARAUJO (Diretora Executiva Adjunta), HERBERT DUTRA DA SILVA (Diretor Administrativo) e pelo Credenciado ALESSANDRA MORENO SERBINO (Sócia Administrativa).

EXTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº 592/2024

Termo de Credenciamento nº 592/2024, celebrado entre o Ministério Público da União e UNIVISION MÉDICOS ASSOCIADOS LTDA. Objeto: Prestação de serviços médicos, por um período de sessenta meses, a partir de 03/10/2024. Assinatura: Sandra Cristina de Araújo e Antonio Rogério da Silva, Diretores do Plan-Assiste/MPF, e Abel Tenorio Cavalcante Filho e Allan Kleiber Bezerra Araújo, pelo Credenciado.

EXTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº 613/2024

Termo de Credenciamento nº 613/2024, celebrado entre o MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO e a R. P. DE ARAUJO CONSULTORIA E ASSESSORIA NUTRICIONAL LTDA, CNPJ: 32.574.505/0001-56, para prestação de serviços paramédicos. PGEA: 0.03.000.038117/2024-30. Vigência: 11/11/2024 a 10/11/2029. Assinatura: pelo Credenciante SANDRA CRISTINA DE ARAUJO (Diretora Executiva Adjunta) e HERBERT DUTRA DA SILVA (Diretor Administrativo) e pelo Credenciado AURELINDA LUSTOSA GAUCH (Administradora) e AURECY BELAS LUSTOSA (Administradora).

EXTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº 614/2024

Termo de Credenciamento nº 614/2024, celebrado entre o MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO e a CLÍNICA DE OTORRINOLARINGOLOGIA BRÁSLIA LTDA, CNPJ: 04.177.289/0001-70, para prestação de serviços médicos e paramédicos. PGEA: 0.03.000.038097/2024-05. Vigência: 02/10/2024 a 01/10/2029. Assinatura: pelo Credenciante SANDRA CRISTINA DE ARAUJO (Diretora Executiva Adjunta) e ANTÔNIO ROGERIO DA SILVA (Diretor Administrativo Substituto) e pelo Credenciado MARIJANA QUEIROZ PINTO SAMPAIO (Sócia).

Tribunal de Contas da União

SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO

SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO DA FUNÇÃO JURISDICIONAL

SECRETARIA DE APOIO À GESTÃO DE PROCESSOS

EDITAL Nº 1214-TCU/SEPROC, DE 4 DE OUTUBRO DE 2024

Processo TC 013.982/2022-2.

Em razão do disposto no art. 22, III, da Lei 8.443/1992, fica CITADO Corramberth Carrioca Fernandes, CPF: 054.989.452-72, para, no prazo de quinze dias, a contar da data desta publicação, apresentar alegações de defesa quanto à(s) ocorrência(s) descrita(s) a seguir e/ou recolher aos cofres da Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA, valor(es) histórico(s) atualizado(s) monetariamente desde a(s) respectiva(s) data(s) de ocorrência até o efetivo recolhimento (art. 12, II, da Lei 8.443/1992), abatendo-se montante eventualmente ressarcido, na forma da legislação em vigor. Valor total atualizado monetariamente até 1/10/2024: R\$ 172.007,30; em solidariedade com o(s) responsável(eis) Ismar Bernardo de Araújo - CPF: 188.818.902-91, Fundação de Apoio e Desenvolvimento ao Ensino, Pesquisa e Extensão Universitária no Acre - CNPJ: 02.646.829/0001-91, Luis Carlos de Moraes - CPF: 619.657.586-49 e Camilo Lelis de Gouveia - CPF: 402.966.526-87.

O débito decorre da(s) seguinte(s) irregularidade(s): não comprovação da boa e regular aplicação de recursos do Convênio 099/2007 (Siafi 597250), firmando entre a Suframa, Universidade Federal do Acre (conveniente) e a Fundação de Apoio e Desenvolvimento ao Ensino, Pesquisa e Extensão Universitária no Acre (executora), para "execução do projeto consolidação da pesquisa em química e implantação da pós-graduação em química de produtos florestais", o que caracteriza infração à(s) norma(s) a seguir: arts. 37, caput, e 70, parágrafo único, da Constituição Federal; art. 93 do Decreto-lei 200/1967; art. 66, caput, do Decreto 83.872/1986; Decisão 225/2000-TCU-2ª Câmara; cláusula décima-segunda do Convênio 099/2007 (Siafi 597250).

A rejeição das alegações de defesa poderá ensejar: a) julgamento pela irregularidade das contas do responsável, com a condenação ao pagamento do(s) débito(s) atualizado(s) e acrescido(s) de juros de mora (art. 19 da Lei 8.443/1992). Valor total atualizado e acrescido dos juros de mora até 1/10/2024: R\$ 219.275,42; b) imputação de multa (arts. 57 e 58 da Lei 8.443/1992); c) julgamento pela irregularidade das contas anuais do responsável ora chamado em audiência, caso figure o rol de responsáveis do processo de contas anuais (art. 16, inciso III, da Lei 8.443/1992); d) inscrição do nome em lista de responsáveis cujas contas houverem sido julgadas irregulares, para os fins previstos no art. 3º, inciso I, alínea "g" e no art. 3º da Lei Complementar 64/1990; e) inclusão do nome do responsável no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin), e em outros cadastros de inadimplentes; f) inscrição de responsabilidade no Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi); g) inabilitação

